



1º Simulado ISS BH

**Auditor Fiscal de Tributos Municipais
Pós-Edital**

Prefeitura
Municipal

Simulado

ISS BH – Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso ISS BH;
- 2 – A prova contém **160 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos ISS BH.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ISS-BH-27-11-2021>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 33 – A B C D E | 65 – A B C D E | 097 – A B C D E | 129 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 34 – A B C D E | 66 – A B C D E | 098 – A B C D E | 130 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 35 – A B C D E | 67 – A B C D E | 099 – A B C D E | 131 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 36 – A B C D E | 68 – A B C D E | 100 – A B C D E | 132 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 37 – A B C D E | 69 – A B C D E | 101 – A B C D E | 133 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 38 – A B C D E | 70 – A B C D E | 102 – A B C D E | 134 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 39 – A B C D E | 71 – A B C D E | 103 – A B C D E | 135 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 40 – A B C D E | 72 – A B C D E | 104 – A B C D E | 136 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 41 – A B C D E | 73 – A B C D E | 105 – A B C D E | 137 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 42 – A B C D E | 74 – A B C D E | 106 – A B C D E | 138 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 43 – A B C D E | 75 – A B C D E | 107 – A B C D E | 139 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 44 – A B C D E | 76 – A B C D E | 108 – A B C D E | 140 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 45 – A B C D E | 77 – A B C D E | 109 – A B C D E | 141 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 46 – A B C D E | 78 – A B C D E | 110 – A B C D E | 142 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 47 – A B C D E | 79 – A B C D E | 111 – A B C D E | 143 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 48 – A B C D E | 80 – A B C D E | 112 – A B C D E | 144 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 49 – A B C D E | 81 – A B C D E | 113 – A B C D E | 145 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 50 – A B C D E | 82 – A B C D E | 114 – A B C D E | 146 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 51 – A B C D E | 83 – A B C D E | 115 – A B C D E | 147 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 52 – A B C D E | 84 – A B C D E | 116 – A B C D E | 148 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 53 – A B C D E | 85 – A B C D E | 117 – A B C D E | 149 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 54 – A B C D E | 86 – A B C D E | 118 – A B C D E | 150 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 55 – A B C D E | 87 – A B C D E | 119 – A B C D E | 151 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 56 – A B C D E | 88 – A B C D E | 120 – A B C D E | 152 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 57 – A B C D E | 89 – A B C D E | 121 – A B C D E | 153 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 58 – A B C D E | 90 – A B C D E | 122 – A B C D E | 154 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 59 – A B C D E | 91 – A B C D E | 123 – A B C D E | 155 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 60 – A B C D E | 92 – A B C D E | 124 – A B C D E | 156 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 61 – A B C D E | 93 – A B C D E | 125 – A B C D E | 157 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 62 – A B C D E | 94 – A B C D E | 126 – A B C D E | 158 – A B C D E |
| 31 – A B C D E | 63 – A B C D E | 95 – A B C D E | 127 – A B C D E | 159 – A B C D E |
| 32 – A B C D E | 64 – A B C D E | 96 – A B C D E | 128 – A B C D E | 160 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato

Leia o texto abaixo para responder as questões de 1 a 5.

Alegria, Alegria

*Não tinha medo o tal João de Santo Cristo
Era o que todos diziam quando ele se perdeu
Deixou pra trás todo o marasmo da fazenda
Só pra sentir no seu sangue o ódio que Jesus lhe deu*

*Quando criança só pensava em ser bandido
Ainda mais quando com um tiro de soldado o pai morreu
Era o terror da sertania onde morava
E na escola até o professor com ele aprendeu*

*la pra igreja só pra roubar o dinheiro
Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar
Sentia mesmo que era mesmo diferente
Sentia que aquilo ali não era o seu lugar*

*Ele queria sair para ver o mar
E as coisas que ele via na televisão
Juntou dinheiro para poder viajar
De escolha própria, escolheu a solidão*

*Comia todas menininhas da cidade
De tanto brincar de médico, aos doze era professor
Aos quinze, foi mandado pro reformatório
Onde aumentou seu ódio diante de tanto terror*

*Não entendia como a vida funcionava
Discriminação por causa da sua classe e sua cor
Ficou cansado de tentar achar resposta
E comprou uma passagem, foi direto a Salvador*

*E lá chegando foi tomar um cafezinho
E encontrou um boiadeiro com quem foi falar
E o boiadeiro tinha uma passagem e ia perder a viagem
Mas João foi lhe salvar*

*Dizia ele: Estou indo pra Brasília
Neste país lugar melhor não há
Tô precisando visitar a minha filha
Eu fico aqui e você vai no meu lugar*

*E João aceitou sua proposta
E num ônibus entrou no Planalto Central
Ele ficou bestificado com a cidade
Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal
(Legião Urbana)*

- 01.** De acordo com o texto, podemos inferir que
- é a estória de um operário, contada por sua esposa e filhos, sem a interferência do narrador.
 - o narrador onisciente permite ao leitor ter ideia da história e dos pensamentos do personagem principal.
 - trata-se do diário póstumo de um trabalhador.
 - é um agradecimento de um trabalhador, por ter um emprego para realizar seus sonhos.
 - (E) os acontecimentos na vida do personagem são narrados de forma cronológica, para facilitar o entendimento.

02. "E o boiadeiro tinha uma passagem e ia perder a viagem".

No trecho em destaque, o autor utilizou-se de linguagem de sentido

- a) figurado.
- b) metafórico.
- c) conotativo.
- d) próprio.
- e) jornalístico

03. Assinale a alternativa que contém os sinônimos das palavras lugar / terror / proposta, respectivamente.

- a) sítio / sobosso / oferta.
- b) Travessa / ignávia / incitação.
- c) Rua / pavor / compromisso.
- d) Banda / medo / conveniência.
- e) Região / desbrio / oferta

04. " De escolha própria, escolheu a solidão

De tanto brincar de médico, aos doze era professor"

Com relação à acentuação tônica, as palavras em destaque nas sentenças acima são acentuadas pela mesma regra que, respectivamente,

- a) revólver e sótão.
- b) misericórdia e antídoto.
- c) antídoto e sótão.
- d) revólver e antídoto.
- e) misericórdia e revólver.

05. Identifique os tempos verbais empregados nos versos abaixo e assinale a alternativa correta.

E o boiadeiro tinha uma passagem e ia perder a viagem

- a) Pretérito Imperfeito do Indicativo e Pretérito Imperfeito do Indicativo.
- b) Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo e Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.
- c) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e Pretérito Imperfeito do Indicativo.
- d) Futuro do presente do subjuntivo e Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.
- e) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e Futuro do Pretérito do Indicativo

06. Assinale a alternativa em que há incorreção gramatical.

- a) O concerto musical foi simplesmente incrível.
- b) O conserto do meu carro ficou muito caro.
- c) Há tempos atrás eu tive problemas tentando o conserto daquela porta.
- d) Há um bom tempo que não conseguia assistir a um filme inteiro.
- e) Não consigo acreditar em como o indivíduo pode ser mau.

07. Assinale a alternativa em que a pontuação esteja correta.

- a) Juliana adoraria ir mas, seus pais nunca permitiriam?
- b) Por favor, Marcos, eu lhe peço, não insista!
- c) É possível, que, Carlos esteja certo?
- d) João olhou para o boiadeiro, e perguntou, se era possível ir em seu lugar.
- e) Ao longo de todo o trajeto não vi que, meu irmão tinha se dormido?

08. Assinale a alternativa que apresenta a forma verbal correta que completa a frase abaixo.

Caso Marinalva e eu _____ ao cinema ontem, não _____ entrar na sessão, porque estava lotada.

- a) tínhamos ido / conseguimos
- b) íamos / tínhamos conseguido
- c) teríamos ido / conseguiríamos
- d) iríamos / conseguimos
- e) tivéssemos ido / teríamos conseguido

09. Assinale a alternativa que completa a frase abaixo corretamente.

_____ você se esforça tanto para alcançar seu objetivo?

O real _____ eu ainda não sei, mas valerá a pena

- a) Porquê / por que
- b) Por quê / porque
- c) Porque / por quê
- d) Por que / porquê
- e) Por quê / porque

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à concordância verbal e nominal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Veja meus netos e minhas filhas entusiasmadas com a notícia.
- b) Os amigos mais próximos adorariam vir, mas não foi possível.
- c) Ele e eu estamos quase prontos para sair.
- d) Se a vida fosse um mar de rosas, não haveria percalços.
- e) Vocês há de realizar o que quiser, mesmo que demore mais do que imagina.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 11 e 15:

O filme “Justiça para Todos” aborda de forma clara, ações antiéticas, parciais de profissionais, mais precisamente, do juiz, em que, contrata o advogado para defendê-lo, alegando ser inocente. No entanto, no decorrer do filme, o advogado descobre que o juiz, seu cliente, é culpado, por este motivo, na audiência ele diz que o juiz deve sim ser condenado, pois é culpado.

Nota-se que as normas éticas são de fundamental importância, para que tenhamos uma justiça plena e justa. A atuação do advogado, de forma objetiva, de boa-fé, é indispensável, para que seja aplicada de forma legal, o direito.

É fundamental, que tais profissionais, atuem dentro da lei, zelando e lutando pelos direitos dos clientes, mantendo sigilo, cumprindo seus deveres, mas, devendo sempre agir com imparcialidade, legalidade, boa-fé, a fim de fazer justiça da forma correta.

Os direitos fundamentais e os estatutos de ética protegem a sociedade de possíveis arbitrariedades e guia os profissionais da advocacia para uma atuação correta e justa.

Enfim, o filme “Justiça para Todos”, é um exemplo da importância atuação de forma ética por parte dos advogados, tanto para a efetividade do Direito, de forma justa e imparcial, e para a garantia dos direitos da personalidade humana.

Adaptado de

<<https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/artigos/723816436/justica-para-todos-uma-analise-sobre-a-posicao-etica-em-um-julgamento>>

11. Na defesa pela ética, o autor do texto defende a ideia de que

- a) a ética, como eixo fundamental da Justiça, se sobressai aos direitos fundamentais;
- b) juízes em geral se pautam exclusivamente em direitos fundamentais;
- c) o trabalho, tanto de juízes quanto advogados, deve ser pautado em fundamentos éticos e constitucionais;
- d) advogados, pela sua atuação direta com os jurisdicionados, pautam-se apenas em direitos previstos em estatutos e regulamentações;
- e) por mais que a ética e a Justiça estejam interligadas, seus fundamentos divergem em fundamentos.

12. Sem alterar o sentido do texto, o conectivo “No entanto”, no primeiro parágrafo, pode ser corretamente substituído por

- a) Outrossim;
- b) Todavia;
- c) Destarte;
- d) Ademais;
- e) Porquanto.

13. Considerando a tipologia do texto, pode-se afirmar que ele:

- a) chama o leitor a questionar sobre a função da ética no meio jurídico;
- b) descreve o filme “Justiça para Todos”;
- c) expõe dados e fatos sobre ações contra juízes;
- d) reflete sobre o impacto da atuação dos operadores do Direito e magistrados;
- e) sugere a existência de problemas éticas que ferem a Justiça entre advogados e juízes.

14. A correta transposição da forma reduzida da oração subordinada “para que tenhamos uma justiça plena e justa” é:

- a) para tendo uma justiça plena e justa;
- b) para que tendo uma justiça plena e justa;
- c) para que haja uma justiça plena e justa;
- d) para que se tivesse uma justiça plena e justa;
- e) para se ter uma justiça plena e justa;

15. Para que o trecho “guia os profissionais da advocacia para uma atuação correta e justa” (4º parágrafo) esteja de acordo com as normas gramaticais, é necessária

- a) a flexão do verbo “guia” na 3ª pessoa do plural;
- b) a flexão do substantivo “atuação” para o plural;
- c) a supressão do artigo feminino indefinido antes de “atuação”;
- d) a substituição da preposição “para” por “de”;
- e) a inserção da preposição “a” em “os profissionais”;

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICO

Carlos Henrique

16. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

17. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

18. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

19. Um investimento obteve variação nominal de 15,5% ao ano. Nesse mesmo período, a taxa de inflação foi 5%. A taxa de juros real anual para esse investimento foi

- a) 0,5%.
- b) 5,0%.
- c) 5,5%.
- d) 10,0%.
- e) 10,5%.

20. Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- a) R\$ 27.000,00
- b) R\$ 29.160,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 31.492,80
- e) R\$ 32.659,20

21. Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- a) 21,7%
- b) 22,5%
- c) 24,8%
- d) 32,4%
- e) 33,7%

22. Um montante inicial foi aplicado a uma taxa de juros simples de 5% ao mês durante 2 meses e depois reaplicado a uma taxa de juros simples de 10% ao mês durante 2 meses, resultando em R\$ 13.200,00. O valor do montante inicial era de:

- a) R\$ 18.500,00.
- b) R\$ 13.000,00.
- c) R\$ 12.330,00.
- d) R\$ 11.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

23. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

24. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

25. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220

- d) 1230
- e) 1240

26. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

27. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

28. Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:

- a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.
- c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.
- e) Se Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa, então Juliana chegou brava em casa.

29. Em um torneio de xadrez, há 50 mulheres e 37 homens inscritos. As mulheres só jogam entre si e os homens também só jogam entre si. Em cada partida, o(a.) perdedor(a.) é eliminado(a.) do torneio. Não há empates. Ao final do torneio, tem-se uma campeã e um campeão.

Não havendo desistências, o número total de partidas para que sejam definidos o campeão e a campeã é:

- a) 82;
- b) 85;
- c) 86;
- d) 88;
- e) 90.

30. Em uma cidade, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três bancos; X, Y e Z. Os resultados mostraram que:

- 210 pessoas gostam do banco X.
- 210 pessoas gostam do banco Y.
- 250 pessoas gostam do banco Z.
- 20 pessoas gostam dos três bancos.
- 100 pessoas não gostam de nenhum dos três bancos.
- 60 pessoas gostam dos bancos X e Y.
- 70 pessoas gostam dos bancos X e Z
- 50 pessoas gostam dos bancos Y e Z.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 710
- b) 570
- c) 670
- d) 630
- e) 610

31. Cinco meninas, Juliana, Kelly, Lúcia, Mônica e Onny, apostaram uma corrida. Sabe-se que Juliana chegou antes de Mônica e Lúcia, Mônica chegou antes de Onny, Kelly chegou antes de Juliana, e Onny não foi a última a chegar. Dessa forma, entre as cinco amigas citadas, a quarta a chegar foi

- a) Juliana
- b) Kelly
- c) Lúcia
- d) Mônica
- e) Onny

32. Três pessoas A, B e C que pesam, respectivamente, 30 kg, 80 kg e 100 kg, querem atravessar um grande lago num bote cuja capacidade é de 120 kg. Cada travessia em qualquer sentido demora 17 minutos e o bote deve sempre ser conduzido por uma dessas três pessoas. O tempo mínimo, em minutos, necessário para que as três pessoas atravessem o lago é:

- a) 34
- b) 51
- c) 68
- d) 85
- e) 102

33. Um torneio de futebol passará a ser disputado anualmente por seis equipes. O troféu será de posse transitória, isto é, o campeão de um ano fica com o troféu até a próxima edição do torneio, quando o passa para o novo campeão. Uma equipe só ficará definitivamente com o troféu quando vencer quatro edições consecutivas do torneio ou sete edições no total, o que acontecer primeiro. Quando isso ocorrer, um novo troféu será confeccionado. Os números mínimo e máximo de edições que deverão ocorrer até que uma equipe fique com a posse definitiva do troféu valem, respectivamente,

- a) 4 e 43
- b) 6 e 36
- c) 6 e 42
- d) 4 e 7
- e) 4 e 37

34. No Brasil, entendemos como final de semana o período da semana que compreende o sábado e o domingo. Em determinado ano, para que o mês de setembro, que é composto por 30 dias, tenha 5 finais de semana completos, o dia 7 de setembro deverá cair em

- a) um sábado.
- b) uma sexta-feira.
- c) uma quinta-feira.
- d) uma quarta-feira.
- e) uma segunda-feira

35. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.
- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

36. Um órgão público possui 15 servidores: 2 atuam no setor X, 4 no setor Y e 9 no setor Z. O salário mensal de cada servidor do setor Z é igual a R\$ 4.000,00; o de cada servidor do setor Y, R\$ 7.000,00; e o salário mensal de cada empregado do setor X é igual a R\$ 10.000,00. A partir dessas informações, julgue o item a seguir. Se 6 servidores desse órgão são torcedores do Flamengo, então o salário médio dos torcedores do Flamengo que nele trabalham possuem os valores MÍNIMO e MÁXIMO de:

- a) R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00
- b) R\$ 2.000,00 e R\$ 6.000,00
- c) R\$ 3.000,00 e R\$ 7.000,00
- d) R\$ 4.000,00 e R\$ 8.000,00
- e) R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00

37. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

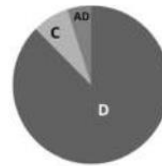
38. Em uma urna há cinco bolas, iguais na forma, porém duas são brancas e três são pretas. No escuro, Maria retirou duas bolas na urna.

A probabilidade de que Maria tenha retirado duas bolas da mesma cor é de

- a) 20%.
- b) 30%.

- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

39. Para fazer um gráfico de setores que representasse o número de servidores canhotos, destros e ambidestros em certo órgão público, Maria fez o seguinte gráfico abaixo.



	Nº de alunos da sala de aula
Destros (D)	35
Canhotos (C)	3
Ambidestros (AD)	2

Quantos graus possui o setor circular correspondente aos destros no gráfico correto feito por Maria?

- a) 300°.
- b) 310°.
- c) 315°.
- d) 320°.
- e) 325°.

40. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

41. Mariana, uma funcionária do Banco do Brasil, realizou uma pesquisa entre a relação do clientes que entram em uma agência bancária (x) e o número vendas de seguros em um dia qualquer (y). Mariana descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis é 0,8, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 4 e 5. Logo, podemos concluir que o desvio padrão da diferença entre as variáveis x e y é:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

42. Ao lançar um dado de seis faces três vezes, qual é a probabilidade de ocorrer número ímpar em pelo menos um dos três lançamentos?

- a) 60%
- b) 85%
- c) 82,5%
- d) 77,5%
- e) 87,5%

43. Carlos Henrique, professor de Estatística do Estratégia Concursos, vem há muito tempo acompanhando os dados sobre custos e faturamento do delivery de sua esposa Núbia. O delivery funciona todos os dias da semana e o Carlos Henrique concluiu que: o custo diário do delivery segue uma distribuição normal, com média igual a R\$ 300,00 e desvio- padrão igual a R\$ 10,00 e que o faturamento diário, também, apresenta uma distribuição normal, com média R\$ 600 e desvio-padrão R\$ 20. Lembremos que a probabilidade dessa variável Z assumir valores no intervalo entre $0 < Z < 2$ — ou seja, entre a média 0 e 2 desvios-padrões — é, aproximadamente, igual a 0,4772.

Núbia, muito preocupada com o futuro de seu delivery, questionou se Carlos Henrique poderia verificar a probabilidade de, em um dia qualquer, o custo ser maior do que R\$ 320,00 e o faturamento ficar no intervalo entre R\$ 560,00 e R\$ 640,00.

As probabilidades pedidas são respectivamente:

- a) 3,46% e 91,28%
- b) 2,28% e 95,44%
- c) 1,54% e 90,36%
- d) 3,76% e 98,98%
- e) 4% e 90%

Em 10 anos (de 2012 a 2021), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2012, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2013, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2012 a 2021 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

Baseado no texto, responda as questões 29 e 30

44. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então o valor de α é, milhões de reais,

- a) 9,3
- b) 10,4
- c) 11,5
- d) 12,7
- e) 13,8

45. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9

- c) 13,7
- e) 14,8

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

46. De acordo com o modelo de crescimento de Solow, julgue a alternativa correta no que diz respeito ao equilíbrio de longo prazo.

- a) a taxa de depreciação e o estoque de capital por trabalhador são grandezas diretamente relacionadas, de modo que o estoque de capital por trabalhador será tão maior, quanto maior for a taxa de depreciação.
- b) a taxa de poupança e o consumo por trabalhador são grandezas diretamente relacionadas, de modo que o consumo por trabalhador será tão maior, quanto maior for a taxa de poupança.
- c) a taxa de crescimento populacional e o estoque de capital por trabalhador são grandezas diretamente relacionadas, de modo que o estoque de capital por trabalhador será tão maior, quanto maior for a taxa de crescimento populacional.
- d) a taxa de poupança e o estoque de capital por trabalhador são grandezas diretamente relacionadas, de modo que o estoque de capital por trabalhador será tão maior, quanto maior for a taxa de poupança.

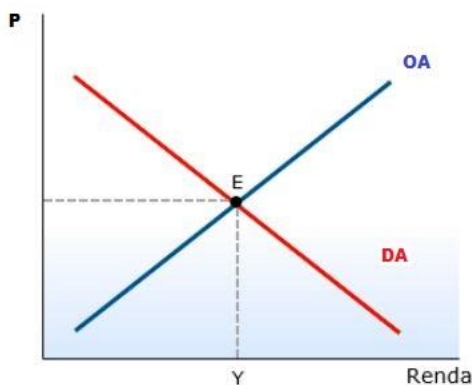
47. Com base no Modelo Clássico e na Teoria Quantidade da Moeda, é correto afirmar que:

- a) uma redução do salário real pode ser explicada pelo aumento da demanda por mão-de-obra.
- b) a política monetária expansionista irá elevar o produto da economia.
- c) a oferta de moeda na economia não afeta o produto de pleno emprego.
- d) a oferta de moeda na economia afeta o nível de preços da economia.

48. Dentre as alternativas, assinale a que justifica a existência uma inflação de custos.

- a) Aumento do déficit orçamentário, com o governo gastando mais do que arrecada.
- b) Aumento dos custos relacionados ao agronegócio, em virtude de uma praga que destruiu colheitas.
- c) Diminuição da taxa de juros.
- d) Diminuição dos investimentos privados devido à baixa expectativa dos agentes econômicos.

49. Considere o gráfico de demanda e oferta agregadas:



Com base no gráfico acima, assinale a alternativa correta.

- a) A demanda agregada é vertical no longo prazo.
- b) A oferta agregada é horizontal no longo prazo.
- c) Uma política monetária expansionista deslocaria a curva de demanda agregada para a direita.
- d) Uma recessão no resto do mundo não deslocaria a curva de demanda agregada.

50. No que diz respeito ao modelo IS-LM, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a taxa de juros é bastante alta, ocorre o caso chamado "armadilha da liquidez".
- b) A curva LM é horizontal no chamado "caso clássico".

c) É possível utilizar a política monetária para contrabalancear os efeitos de uma política fiscal sobre a taxa de juros.

d) A política fiscal expansionista reduz a demanda por moeda, o que implica na elevação da taxa de juros.

51. Determinado país apresenta os seguintes dados:

- os encaixes totais mantidos pelo sistema bancário representam 3/10 do total dos depósitos à vista em conta corrente;
- a população desse país mantém 3/5 dos meios de pagamento na forma de moeda manual.

Considerando os dados acima, é possível concluir que um aumento de 1000 na base monetária significa um acréscimo nos meios de pagamento de aproximadamente:

- a) 1208
- b) 1388
- c) 1408
- d) 1588

52. Assinale a alternativa correta a respeito da Teoria Monetária e dos instrumentos de Política Monetária.

- a) O conceito de Base Monetária inclui os títulos públicos em poder do público e as reservas mantidas pelos bancos comerciais no Banco Central.
- b) A redução da razão depósitos à vista/meios de pagamento aumenta o multiplicador monetário.
- c) O multiplicador monetário aumenta com a elevação do percentual de reservas obrigatórias sobre depósitos à vista a ser recolhido ao Banco Central.
- d) O aumento da taxa de juros pode ser explicado pela venda de títulos e pela elevação da taxa de desconto pelo Banco Central.

53. Considerando o modelo keynesiano simplificado, fechado e sem governo, é correto afirmar que quando a produção supera o equilíbrio,

- a) a produção supera a demanda.
- b) o investimento é igual à poupança.
- c) há excesso de oferta de moeda.
- d) a taxa de juros da economia deve cair.

54. Considere

$$C = 90 + 0,6Y_d;$$

$$I = 200;$$

$$G = 100;$$

$$T = 50;$$

Onde: C = consumo; I = investimento agregado; G = gastos do governo; Y_d = renda disponível; e T = tributação. Nessa situação, a renda de equilíbrio dessa economia é:

- a) 800
- b) 900
- c) 1000
- d) 1100

55. Em determinado período, uma economia registra propensão marginal a consumir de 60% e acréscimo de \$ 10.000 no investimento. Assim, é possível concluir que o acréscimo na renda de equilíbrio corresponde a:

- a) \$ 15.000.
- b) \$ 20.000.
- c) \$ 25.000.
- d) \$ 30.000

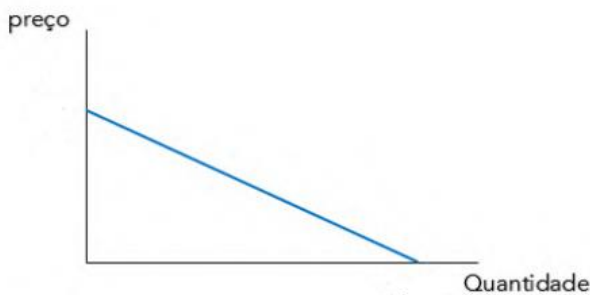
56. No que diz respeito ao efeito-substituição, é correto afirmar que o consumidor

- a) tende a aumentar a quantidade adquirida do bem cujo preço diminuiu em relação ao de outro bem.
- b) tem um aumento de renda, sem alterar o preço relativo entre os bens.
- c) tende a aumentar a quantidade adquirida do bem cujo preço aumentou em relação ao de outro bem.
- d) tem uma diminuição de renda, sem alterar o preço relativo entre os bens.

57. No que diz respeito à teoria do consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) A taxa marginal de substituição entre dois bens é crescente ao longo da curva de indiferença do consumidor.
- b) O grau de satisfação do consumidor aumenta à medida em que a curva de indiferença se distancia da origem dos eixos.
- c) Somente alterações na renda do consumidor são capazes de afetar posição da reta de restrição orçamentária.
- d) No equilíbrio do consumidor, a curva de indiferença mais alta possível é atingida, independente de sua restrição orçamentária.

58. Analise a seguinte curva de demanda linear:



Com base no gráfico acima e sabendo que Q é a quantidade e P o preço, pode-se concluir que o valor da elasticidade-preço da demanda, em módulo, será:

- a) será constante ao longo de toda a curva
- b) será infinito quando $Q = 0$
- c) será igual a 1 quando $P = 0$
- d) será infinito quando $Q = 0$ ou $P = 0$

59. Uma empresa vende seu produto a preços diferenciados para dois grupos de consumidores: grupo A e grupo B. Sabendo que o grupo A paga mais caro que o grupo B, é possível concluir que:

- a) o grupo A é mais elástico ao preço que o grupo B.
- b) o grupo B é mais elástico ao preço que o grupo A.
- c) os grupos A e B possuem mesma elasticidade-preço da demanda.
- d) nenhuma das alternativas acima está correta.

60. Quando a elasticidade-renda da demanda por determinado bem possui valor negativo, esse bem é classificado como

- a) inferior.
- b) normal.
- c) de luxo.
- d) superior.

61. Com base na Teoria da Produção e na análise das curvas de produção e produtividade, assinale a alternativa correta.

- a) A produtividade marginal (P_{mg}) tem valor igual a zero quando o produto total está no ponto de máxima produção.
- b) Ao atingir o ponto de máxima produção, o produto total começa a decrescer, ao passo que a produtividade média também decresce e corta o eixo de origem, sendo negativa.
- c) A isoquanta é representada por uma linha na qual todos os pontos representam infinitas combinações de fatores de produção que indicam quantidades diferentes de produção, em cada ponto da curva da isoquanta.
- d) Ao atingir o ponto de máxima produção, o produto total começa a decrescer, ao passo que a produtividade marginal também decresce, mas se mantém positiva, pois não corta o eixo de origem.

62. Com base na Teoria de Custos e na análise das curvas, é correto afirmar que:

- a) havendo retorno decrescente de escala no longo prazo, a curva de custos médios será horizontal.
- b) a curva de custo médio cruza a curva de custo marginal no ponto de mínimo da curva de custo marginal.
- c) se uma empresa tem custo fixo de produção bem elevado em relação ao seu custo variável, então quando começar a produzir, à medida que a produção aumentar, certamente haverá uma diminuição do custo médio.
- d) em qualquer nível de produção de determinado bem, o custo total é menor que o custo fixo.

63. Um país apresentou, em determinado período, as seguintes transações em seu Balanço de Pagamentos (em unidades monetárias):

- exportação de 70 bilhões em bens, recebendo à vista;
- importação de 40 bilhões em bens, pagando à vista;
- déficit no Saldo de Serviços no valor de 15 bilhões;
- déficit no Saldo de Rendas Primárias no valor de 5 bilhões.

O saldo do balanço de pagamentos em transações correntes, em u.m., do referido país foi de:

- a) 5 bilhões.
- b) 10 bilhões.
- c) 15 bilhões.
- d) 20 bilhões.

64. Considerando a curva de Phillips para o curto prazo, analise a situação seguir.

Devido a uma crise mundial, ocorreu um choque adverso de oferta, que fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- a) sofra um deslocamento para cima e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- b) sofra um deslocamento para baixo e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- c) não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- d) sofra um deslocamento para cima e ocorra uma redução na taxa de inflação.

65. No que diz respeito às Contas Nacionais, é possível afirmar que o PIB de um país será menor que o seu PNB desde que:

- a) as reservas do Banco Central aumentem.
- b) ocorra aumento da poupança externa.
- c) as importações sejam menores que a entrada líquida de capitais do exterior.
- d) a renda líquida recebida do exterior seja positiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

66. O conceito de “Constituição” como “norma pura”, “pura obrigação”, “puro dever-ser”, conforme posicionamento doutrinário, relaciona-se à concepção de Constituição em

- a) Sentido Político.
- b) Sentido Sociológico.
- c) Sentido Jurídico.
- d) Sentido Ontológico.
- e) Sentido Culturalista.

67. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Rio de Janeiro tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

68. A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

- a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.
- b) As terras devolutas são bens da União.
- c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

69. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

70. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

71. Sobre pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) A plena capacidade de direito inicia-se aos 18 anos completos, ou antes, se houver emancipação.
- b) Somente os menores de 16 anos são absolutamente incapazes.
- c) Pessoa com deficiência mental que tenha discernimento reduzido considera-se relativamente incapaz.
- d) A emancipação voluntária se processa por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante homologação judicial.
- e) A proteção legal conferida ao nascituro permite considerá-lo titular de personalidade.

72. Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A exceção não se sujeita a prazo prescricional.
- b) Não corre prescrição contra os incapazes, somente iniciando-se a contagem a partir da aquisição da plena capacidade civil.
- c) O casamento do credor com a devedora interrompe o curso da prescrição.
- d) Prescrição e decadência, uma vez consumadas, devem ser conhecidas de ofício pelo juiz.
- e) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

73. Sobre inexecução das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se em mora o credor que se recusar a receber a prestação no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- b) Mesmo que não haja fato ou omissão imputável ao devedor, este pode incorrer em mora.
- c) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se em mora o devedor a partir da citação.
- d) Cláusula penal é inacumulável com indenização suplementar, haja ou não previsão expressa no negócio jurídico.
- e) O pagamento da cláusula penal compensatória constitui alternativa a benefício do devedor, que pode optar pelo cumprimento da prestação em atraso, acrescida de juros legais.

74. Sobre interpretação dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Os contratos civis presumem-se assimétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento de tal presunção.
- b) As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros para a interpretação das cláusulas negociais, devendo-se observar as normas legais respectivas.
- c) A alocação de riscos assumidos pelos contratantes sujeita-se à revisão judicial.
- d) Havendo cláusulas ambíguas nos contratos de adesão, estas consideram-se nulas de pleno direito.
- e) São nulas, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulam renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

75. Sobre responsabilidade civil objetiva e subjetiva, assinale a alternativa correta.

- a) Os pais respondem por atos do filho menor, desde que provada a culpa *in vigilando* dos primeiros.
- b) Inexiste, no sistema jurídico, qualquer possibilidade de se responsabilizar civilmente pessoas absolutamente incapazes.
- c) A responsabilidade por danos causados por animais não pode ser elidida por força maior.
- d) A responsabilidade por coisas caídas de prédio independe da verificação de culpa, sendo atribuída ao morador da unidade.
- e) A responsabilidade por abuso de direito tem natureza subjetiva.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carilho

76. Nos termos do Direito da Empresa podemos identificar que está correta a alternativa:

- a) A) considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) B) é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- c) C) o empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também averbá-la, com a prova da inscrição originária e em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- d) D) a lei e o decreto assegurarão tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- e) E) o empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro não se aplica essa situação à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso em que, com a inscrição, será considerada empresária, para todos os efeitos.

77. Sobre o estabelecimento, podemos dizer que:

- a) A) considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, caracterizado pelo local onde a atividade é exercida.
- b) B) pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza, tendo como exemplo desses negócios jurídicos o trespasse, o arrendamento e o usufruto.
- c) C) o contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) D) A eficácia da alienação do estabelecimento depende apenas de que sobre o alienante bens para solver o passivo.
- e) E) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, sempre de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.

78. Na sociedade limitada:

- a) A) o capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- b) B) a quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, não sendo permitido condomínio de quotas.

- c) C) a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.
- d) D) tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a dois terços do capital social, salvo disposição contratual diversa.
- e) E) o uso da firma ou denominação social é privativo dos sócios que tenham os necessários poderes.

79. A lei 6.404 estabelece as regras aplicáveis às sociedades anônimas, de acordo com a lei analise os itens abaixo e marque as que estão corretas:

- I - Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes, sendo que qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio e o estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.
 - II - A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
 - III - Para os efeitos da lei das sociedades por ações, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
 - IV - O estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional.
- a) I, II, III e IV.
 - b) I, II e III.
 - c) I, III e IV.
 - d) II, III e IV.
 - e) I, II e IV.

80. Em relação a previsão legal sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, marque a opção correta:

- a) A) será feita nos casos de abuso de finalidade ou de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- b) B) o juiz decreta a desconsideração a pedido da parte, a requerimento do Ministério Público ou de ofício.
- c) C) o conceito de desconsideração implica a extinção da personalidade jurídica.
- d) D) não existe a previsão legal da desconsideração inversa, pois trata-se de um conceito doutrinário.
- e) E) a desconsideração tem o efeito de que certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

81. O servidor público do município de Belo Horizonte, uma vez nomeado, deverá:

- a) tomar posse dentro do prazo de vinte dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por vinte dias, motivadamente e a critério da autoridade competente.
- b) tomar posse dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação.
- c) tomar posse dentro do prazo improrrogável de vinte dias, contados da publicação do ato de nomeação.
- d) entrar em exercício dentro do prazo de quinze dias, contados da data da posse.
- e) entrar em exercício dentro do prazo de vinte dias, contados da data da posse.

82. Consoante previsto na Lei 8.666/1993, a licitação é dispensada na seguinte situação:

- a) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação.
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- e) para dação em pagamento de bens imóveis, quando houver autorização legislativa, avaliação prévia e interesse público devidamente justificado.

83. Quanto à Certidão Negativa de Débitos Tributários (CNDT), é correto afirmar que:

- a) consiste em ato administrativo negocial.
- b) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- c) é ato administrativo constitutivo.
- d) trata-se de ato punitivo.
- e) é ato externo.

84. Uma entidade administrativa, com personalidade jurídica de direito público, que integra a Administração indireta do Município de Belo Horizonte, possui patrimônio próprio e foi criada por lei para desempenhar atividades de interesse social na área da cultura.

Com relação à organização administrativa, a entidade citada corresponde ao conceito legal de:

- a) Fundação Pública de Direito Público.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Empresa Pública.
- d) Fundação Pública de Direito Privado.
- e) Autarquia.

85. No que diz respeito ao poder de polícia e suas etapas (ciclo de polícia), assinale a alternativa correta:

- a) a fase da legislação diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- b) os atos de consentimento estarão sempre presentes no ciclo de polícia, materializando-se na expedição de licenças e autorizações em favor dos particulares.
- c) fiscalização consiste na verificação do cumprimento das ordens de polícia, a exemplo do que ocorre em uma blitz de trânsito.
- d) a etapa de sanção diz respeito à apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- e) na fase de ordem, a administração pública distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

86. O princípio da reserva legal pode ser conceituado de forma mais precisa como:

- a) A necessidade de que a criminalização de determinada conduta e a cominação da respectiva pena sejam realizadas por meio de lei em sentido estrito.
- b) A necessidade de que a lei pena já esteja em vigor quando da prática do fato.
- c) A ausência de eficácia retroativa da lei penal
- d) A impossibilidade de se aplicar a lei penal brasileira a crimes ocorridos no estrangeiro e, portanto, fora do âmbito da nossa lei penal.
- e) A vedação à cominação de penas consideradas cruéis ou degradantes.

87. José, auditor-fiscal da SEFAZ-BH, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de sua função. Dois dias depois, arrependido, José procura seu superior, conta o ocorrido e devolve integralmente os valores, antes mesmo que o fato tivesse sido objeto de investigação criminal.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento eficaz, e José fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- b) desistência voluntária, de forma que José terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- c) causa de extinção da punibilidade em favor de José.
- d) arrependimento posterior, e José fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- e) crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena.

88. Luciano, auditor-fiscal da SEFAZ-BH, deixou, por indulgência, de punir subordinado que havia praticado falta funcional no exercício do cargo, embora tivesse atribuição legal para aplicar a referida penalidade.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Luciano configura:

- a) fato penalmente atípico, embora possa configurar falta funcional.
- b) prevaricação.
- c) corrupção passiva privilegiada.
- d) condescendência criminosa.
- e) advocacia administrativa.

89. Considera-se funcionário público, para fins penais, de acordo com o art. 327 do CP, “quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”.

Tendo isso em conta, é correto afirmar que se considera funcionário público, para fins penais:

- a) o ocupante de cargo público efetivo, somente.
- b) o estagiário jurídico no Ministério Público
- c) o empregado público celetista, mas não o estagiário da secretaria de fazenda do município
- d) o ocupante de cargo em comissão, mas não o empregado público celetista
- e) o curador de pessoa interditada

90. Baltazar, auditor-fiscal do Município de Belo Horizonte-MG, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “PÃO CHEIROSO PANIFICAÇÃO LTDA” o pagamento do tributo ISS (Imposto sobre serviços), mesmo sabendo que o referido tributo era inaplicável na espécie, dada a ausência de fato gerador.

A conduta de Baltazar, nesse caso, configura:

- a) crime de excesso de exação, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- b) crime de excesso de exação, sem causa de aumento de pena.
- c) crime de concussão, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- d) crime de concussão, sem causa de aumento de pena.
- e) crime de prevaricação, na forma comissiva.

ÉTICA

Emerson Bruno

91. De acordo com o Decreto Municipal nº 14.635/2011, NÃO constitui objetivo do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal.

- a) disseminar valores éticos, de lisura e de justiça impressos na postura estratégica da estrutura institucional da Administração.
- b) estabelecer regras básicas sobre conflito de interesses e restrições às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo, emprego ou função.
- c) orientar a tomada de decisões dos Agentes Públicos, a fim de que se pautem sempre pelo interesse público, com razoabilidade e proporcionalidade, sem qualquer favorecimento para si ou para outrem.
- d) assegurar transparência e publicidade à atividade administrativa, com processos céleres e previsíveis, com fundamento nos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima;
- e) garantir a supremacia do interesse público: elemento justificador da própria existência da Administração Pública, destinado à consecução da justiça social e do bem comum.

92. De acordo com o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, constituem deveres dos Agentes Públicos municipais, EXCETO:

- a) divulgar e informar a todos os integrantes do órgão ou unidade administrativos a que se vincule sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- b) divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo, emprego ou função.
- c) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- d) empenhar-se em seu desenvolvimento profissional, mantendo-se atualizado quanto a novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis à sua área de atuação.
- e) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração ao seu alcance.

93. Sem prejuízo das penalidades estabelecidas na legislação, as condutas incompatíveis com o disposto no Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal serão punidas com as seguintes sanções, EXCETO:

- a) advertência verbal.
- b) advertência escrita.
- c) censura ética.
- d) suspensão ética.
- e) advertência.

94. Conforme o Dec. 14.635/2011, O Conselho de Ética Pública será composto por _____, e seus respectivos suplentes, escolhidos e designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, para exercício de mandato de _____, admitida uma recondução.

- a) 4 (quatro) membros titulares; 3 (três) anos.
- b) 4 (quatro) membros titulares; 2 (dois) anos.
- c) 3 (três) membros titulares; 2 (dois) anos.
- d) 5 (cinco) membros titulares; 2 (dois) anos.
- e) 4 (quatro) membros titulares; 5 (cinco) anos.

95. A Comissão de Ética Pública da Secretaria Municipal de Governo também atuará

junto aos seguintes órgãos, EXCETO:

- a) Gabinete do Prefeito.
- b) Gabinete do Vice-Prefeito.
- c) Coordenação Executiva do Programa BH Metas e Resultados.
- d) Assessoria de Comunicação Social do Município.
- e) Assessoria da Guarda Municipal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

96. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

97. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita será utilizada para financiar a obra pública.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

98. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Impostos Extraordinários de Guerra.

99. Um sindicato de trabalhadores alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, o sindicato financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas aos sindicatos dos trabalhadores.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o sindicato dos trabalhadores é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o sindicato, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o sindicato não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

100. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida, assim como pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

101. O Prefeito de Belo Horizonte, por meio de Decreto publicado em 23 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.

d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.

e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

102. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

103. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Tutela Antecipada em uma ação Judicial, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.

e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

104. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

105. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.

d) I, II e III.

e) I.

106. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

107. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.

- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

108. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

109. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

110. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Rocha

111. Acerca das infrações previstas na lei municipal nº 7.378/97, assinale a opção correta:

- a) A entrada de numerário, de origem comprovada por documento hábil, configura omissão de receita.

b) No mesmo período de ocorrência da infração, apurado o descumprimento de duas ou mais obrigações acessórias pelo mesmo sujeito passivo e havendo conexão entre as respectivas infrações, será aplicada somente a multa de maior valor entre aquelas cominadas na autuação.

c) As multas serão calculadas tomando-se como base, exclusivamente, o valor da UFIR, o preço do serviço e o valor do tributo.

d) As reduções das multas aplicáveis às infrações cometidas pelas empresas do Simples Nacional, relativamente às obrigações acessórias, não serão consideradas, exclusivamente, nos casos de fraude, impedimento ou embaraço à ação do Fisco.

e) Pelo descumprimento dos prazos para recolhimento de tributos previstos na legislação municipal, será aplicada multa moratória de 20% sobre o valor atualizado do tributo, não cabendo qualquer redução.

112. Com base na lei municipal nº 7.378/97, acarreta o cancelamento do parcelamento o atraso no pagamento de qualquer parcela por período superior a:

a) 1 dia útil.

b) 5 dias úteis.

c) 30 dias.

d) 60 dias.

e) não sendo pago no vencimento, o parcelamento é automaticamente cancelado.

113. Conforme dispõe a Lei Complementar nº 116/03, o ISSQN NÃO incide sobre:

a) serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização.

b) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.

c) serviço prestado mediante permissão, mesmo com cobrança de tarifa.

d) serviço proveniente do exterior do país.

e) serviços desenvolvidos no país, para residente no exterior, sempre que o seu o pagamento for efetuado pelo tomador estrangeiro.

114. É considerado imóvel não condominial, para fins de incidência do IPTU, de acordo com a lei municipal nº 9.795/09:

a) a sala.

b) A vaga de garagem residencial.

c) A vaga de garagem comercial.

d) A casa.

e) A loja em edifício.

115. Com base na Lei Municipal nº 5.641/1989 de Belo Horizonte, assinale a alternativa que apresenta uma taxa decorrente do exercício regular do poder de polícia:

a) Taxa de Iluminação Pública.

b) Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.

c) Taxa de Manutenção de Cemitérios Municipais.

d) Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte.

e) Taxa de Licença Especial.

116. No curso de determinado litígio tributário em trâmite perante o fisco de Aracaju, a decisão de primeira instância reduziu o valor do crédito tributário decorrente de auto de infração, no montante de R\$ 5.000,00.

Nessa situação hipotética, contra a decisão, será cabível:

a) somente recurso de ofício.

b) reexame necessário, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.

c) pedido de reconsideração ou recurso de ofício.

d) pedido de reconsideração, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.

e) pedido de reconsideração, recurso de ofício ou recurso voluntário.

117. Em todas as alternativas abaixo são descritas situações em que a cobrança do ISS poderá ser fixada por arbitragem, exceto em:

a) o contribuinte ou o responsável pelo serviço recusar-se a exibir à fiscalização o elemento necessário à comprovação do valor do serviço prestado.

b) o registro fiscal ou contábil, bem como a declaração ou o documento fiscal exibido pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, for insuficiente ou não merecer fé.

c) o valor efetivo do preço do serviço não puder ser conhecido.

d) o sujeito passivo incorrer, reiteradamente, em descumprimento de obrigação acessória.

e) a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.

118. Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

a) O ITBI considera-se devido por ocasião da promessa de compra e venda.

b) O locatário pode ser considerado como contribuinte do IPTU, na condição de possuidor de imóvel.

c) Não incide o ITBI ao final da ação de usucapião, quando o pedido é julgado procedente e o requerente obtém a propriedade imobiliária

d) A apuração da base de cálculo do ITBI e do IPTU é feita de forma idêntica, haja vista que ambos têm como base de cálculo o valor venal do imóvel.

e) O IPTU e o ITBI podem ter alíquotas progressivas.

119. Paulo conheceu Márcia em um cruzeiro que fizeram pelo Rio Amazonas. Em razão da amizade que travaram, Paulo, domiciliado no Município de Manaus/AM, vendeu para Márcia, domiciliada em Belém/PA, um apartamento localizado em bairro nobre do Município de Belo Horizonte/MG, dando ensejo, com isso, à incidência do ITBI. A escritura de venda e compra foi firmada em cartório localizado no Município de Santarém/PA. De acordo com a legislação municipal, o imposto devido em razão desta venda será lançado e cobrado pelo Município de:

a) Manaus, local de embarque para a realização do cruzeiro pelo Rio Amazonas.

b) Belém, por ser o Município de domicílio da adquirente.

c) Santarém, local em que foi firmada a escritura de venda e compra.

d) Manaus, por ser o Município de domicílio do alienante.

e) Belo Horizonte, por ser o Município de localização do imóvel

120. Com base no decreto 16.841/16, pode-se afirmar que a comunicação eletrônica por meio do Decort-BH considerar-se-á realizada:

a) presumidamente, após dez dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação da mensagem na Caixa Postal Eletrônica - CPE - pela administração tributária do Município, caso o usuário não acesse o seu teor.

- b) presumidamente, após dez dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação da mensagem na Caixa Postal Eletrônica - CPE - pela administração tributária do Município, caso o usuário não acesse o seu teor.
- c) presumidamente, após quinze dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação da mensagem na Caixa Postal Eletrônica - CPE - pela administração tributária do Município, caso o usuário não acesse o seu teor.
- d) presumidamente, após quinze dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação da mensagem na Caixa Postal Eletrônica - CPE - pela administração tributária do Município, caso o usuário não acesse o seu teor.
- e) de forma expressa, no dia do acesso ao teor da mensagem, em qualquer hipótese.

121. Com base no decreto 16.841/16, a respeito do Decort-BH, assinale a assertiva incorreta:

- a) São passíveis de comunicação eletrônica pelo Decort-BH todos os atos, procedimentos ou serviços no âmbito da SMFA.
- b) A comunicação eletrônica feita pelo Decort-BH será considerada postal, para todos os efeitos legais.
- c) As pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não dos tributos municipais, sujeitas às obrigações tributárias instituídas no Município, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade, deverão realizar o credenciamento junto ao Decort-BH.
- d) Todas as mensagens disponibilizadas por meio do Decort-BH, cujo acesso necessite de assinatura digital, ficarão disponíveis para consulta pelo período de sessenta meses contados da data de sua publicação na CPE.

- e) Comprovada a indisponibilidade do sistema da Prefeitura no último dia do prazo de notificação, o sistema irá prorrogar automaticamente o prazo de notificação para às 23h59min59s do primeiro dia útil subsequente ao que for assegurado o funcionamento normal do sistema.

122. Com base na legislação municipal que rege o PROEMP, é incorreto afirmar que:

- a) poderá postular incentivo junto ao PROEMP a empresa cujo projeto de investimento contemple a implantação de nova unidade empresarial no Município para o desenvolvimento de produto ou serviço de relevante interesse para o Município.
- b) o PROEMP tem por objetivo fomentar a instalação de novas unidades empresariais no Município e a ampliação das já existentes.
- c) o CODECOM tem por objetivo estabelecer a política de desenvolvimento econômico do Município, prescrever os incentivos e definir as condições de operacionalização e aplicação dos recursos do FUMDEBH.
- d) para usufruir dos incentivos, o interessado deverá declarar enquadramento nas atividades a serem beneficiadas e manter regularidade municipal quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e tributárias.
- e) o descumprimento ou inobservância das disposições contidas na legislação, faz com que o incentivado seja excluído imediatamente do PROEMP com efeitos *ex nunc*.

123. Um dos incentivos previstos na lei 7.638/99 (PROEMP) prevê a redução de até:

- a) 50% do ISS devido pela empresa financiada, relativamente aos serviços prestados por ela, pelo prazo de até 5 anos.

- b) 85% do ISS devido pela empresa financiada, relativamente aos serviços prestados por ela, pelo prazo de até 5 anos.
- c) 50% do ISS devido pela empresa financiada, relativamente aos serviços prestados por ela, pelo prazo de até 8 anos.
- d) 75% do ISS devido pela empresa financiada, relativamente aos serviços prestados por ela, pelo prazo de até 5 anos.
- e) 75% do ISS devido pela empresa financiada, relativamente aos serviços prestados por ela, pelo prazo de até 8 anos.

124. No caso de infrações cometidas por microempreendedor individual – MEI, via de regra, será aplicável a seguinte redução aos valores das multas:

- a) 90%, quando se referirem ao descumprimento de obrigações acessórias.
- b) 90%, em qualquer caso.
- c) 50%, quando se referirem ao descumprimento de obrigações acessórias.
- d) 50%, em qualquer caso.
- e) 70%, em qualquer caso.

125. O Conselho de Recursos Tributário é composto por:

- a) Uma Câmara de Julgamento, com 10 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes.
- b) Duas Câmaras de Julgamento, com 6 Conselheiros efetivos cada e igual número de suplentes.
- c) Duas Câmaras de Julgamento, com 8 Conselheiros efetivos cada e igual número de suplentes.
- d) Três Câmaras de Julgamento, com 6 Conselheiros efetivos cada e igual número de suplentes.

- e) Três Câmaras de Julgamento, com 8 Conselheiros efetivos cada e igual número de suplentes.

126. Compete à Câmara Especial de Recursos:

- a) julgar em sede de pedido de reconsideração e de recurso especial.
- b) julgar em sede de reexame necessário e de recurso especial.
- c) julgar em sede de agravo e de recurso especial.
- d) julgar em sede de recurso especial e aprovar a edição de súmulas.
- e) julgar em sede de recurso ordinário e de recurso especial.

127. O quórum necessário à aprovação a à revogação das súmulas é de:

- a) maioria absoluta e 2/3, respectivamente.
- b) 2/3 e 3/4, respectivamente.
- c) 2/3 e unanimidade, respectivamente.
- d) 2/3 para ambas as situações.
- e) 3/4 para ambas as situações.

128. Configura renúncia tácita ao mandato de Conselheiro:

- a) o não comparecimento, durante o mandato, a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, sem a devida justificação.
- b) o não comparecimento justificado a mais de 8 (oito) sessões em cada período de 12 (doze) meses, não sendo consideradas no cômputo as ausências motivadas por doença grave, acidente, estudo no exterior ou outros afastamentos legalmente previstos.
- c) licença não remunerada para tratar de assuntos particulares por período superior a 30 (trinta) dias.

d) descumprimento, por 6 (seis) vezes, no período de 12 (doze) meses, do prazo estabelecido para entrega de acórdão, relatório e voto.

e) o não comparecimento por período superior a vinte sessões consecutivas, em qualquer caso.

129. Não está impedido de atuar em julgamento o Conselheiro que:

a) tenha como parte no processo cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.

b) tenha participado diretamente da ação fiscal, lançado o tributo, lavrado o auto de infração ou elaborado réplica fiscal no processo.

c) seja sócio de empresa ou sociedade que preste serviços ao contribuinte recorrente, em qualquer hipótese.

d) tenha respondido a consulta em sede administrativa formulada pelo sujeito passivo, nos termos da legislação municipal específica ou exarado parecer ou voto nos autos.

e) preste consultoria, assessoria ou assistência jurídica, contábil ou administrativa ou tenha com o sujeito passivo relação econômico ou financeira, a qualquer título.

130. O prazo para apresentação de pedido de reconsideração contra acórdão de Câmara de Julgamento decidido pelo voto de qualidade é de:

a) 5 dias.

b) 5 dias úteis.

c) 15 dias.

d) 15 dias úteis.

e) 30 dias.

131. Tendo como parâmetro a Lei Municipal 5.641/1989 de Belo Horizonte, analise as alternativas a seguir a respeito do IPTU e assinale a incorreta:

a) O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.

b) Entende-se como zona urbana a que for dotada dos melhoramentos e equipamentos mínimos indicados em lei complementar federal e, ainda, a área urbanizável ou de expansão urbana constante de loteamentos destinados, exclusivamente, à habitação ou indústria.

c) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

d) A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis e do cumprimento das obrigações acessórias.

e) Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor.

132. De acordo com o que estabelece a Lei Municipal 5.641/1989, é responsável pelo pagamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas:

I. o adquirente, ainda que beneficiário de imunidade ou isenção, pelo débito do alienante.

II. o espólio, pelo débito do "de cujus", até a data da abertura da sucessão.

III. o sucessor, a qualquer título, e o meeiro, pelo débito do espólio, até a data da partilha ou da adjudicação.

Analise as assertivas acima e assinale a alternativa que apresenta as corretas:

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

133. De acordo com a Lei Municipal 5.641/1989, quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública a responsabilidade pelo pagamento do IPTU e das taxas que com ele são cobradas terá por limite máximo:

- a) o valor venal do imóvel.
- b) o preço da arrematação.
- c) o lance inicial.
- d) o valor de mercado.
- e) o valor da dívida original.

134. A empresa Juca Bala Estruturas, prestadora de serviço de instalação de palcos e outras estruturas Metálicas (descritos pelo subitem 3.05 da lista de serviços) está estabelecida no Município de Campinas - SP, tendo prestado serviços no mês de agosto de 2020 para a empresa Proctor, estabelecida no Município de Juiz de Fora -MG.

O serviço prestado consistiu na instalação de um palco, no Município de Belo Horizonte, onde se realizou um show para alguns funcionários temporários da empresa Proctor que, apesar de ser estabelecida em Juiz de Fora, possui funcionários por todo o Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a respeito do ISS, nos termos do que dispõe a Lei Municipal 8.725/03 de Belo Horizonte, é correto afirmar que:

- a) O ISS será devido ao Município de Campinas, Município em que está localizado o estabelecimento prestador.

- b) O ISS será repartido entre os Municípios de Campinas e Belo Horizonte.
- c) O ISS será repartido entre os Municípios de Campinas e Juiz de Fora.
- d) D) O ISS será devido ao Município de Juiz de Fora, Município em que está localizado o estabelecimento tomador do serviço.
- e) E) O ISS será devido ao Município de Belo Horizonte, Município do local em que houve a instalação do palco.

135. Analise as alternativas abaixo, à luz do que estabelece a Lei Municipal 8.725/03, e assinale a alternativa que elenca um serviço que se considera prestado e, portanto, o ISS devido, no Município do estabelecimento do prestador:

- a) importação de serviço.
- b) instalação de andaime, palco, cobertura e outras estruturas de uso temporário, quando cedidas.
- c) serviços de calafetação.
- d) execução de decoração, jardinagem, corte e poda de árvores.
- e) serviço de limpeza e dragagem de rio, porto, canal, baía, lago, lagoa, represa, açude e congêneres.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

136. A confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidências podem ser feitas; contudo, tais generalizações estão sujeitas a exceções importantes. Mesmo quando a evidência é obtida de fontes externas, podem existir circunstâncias que poderiam afetar sua confiabilidade. Por exemplo, evidência obtida de fonte externa pode não ser confiável se a fonte não for conhecida ou objetiva. Enquanto se reconhece que possam existir exceções, as seguintes generalizações sobre a confiabilidade da evidência estão corretas, EXCETO:

- a) a evidência mais confiável quando é obtida de fontes internas às partes apropriadas;
- b) a evidência gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos;
- c) a evidência obtida diretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a evidência obtida indiretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle);
- d) a evidência formal é mais confiável, seja em papel, de forma eletrônica ou outra mídia.
- e) a ata de reunião geralmente é mais confiável do que a representação verbal do que foi discutido.

137. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho. Assinale a alternativa que contém o procedimento de auditoria que, sozinho, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.

- a) inspeção
- b) reexecução.
- c) observação
- d) indagação.
- e) recálculo.

138. Procedimentos de avaliação de riscos são os procedimentos de auditoria aplicados para a obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o controle interno da entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Nos termos da NBC TA 315(R1), os procedimentos de avaliação de riscos incluem os seguintes procedimentos de auditoria, EXCETO:

- a) indagações;
- b) procedimentos analíticos;
- c) observação;
- d) recálculo;
- d) inspeção.

139. Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho. De acordo com as normas de auditoria vigentes, é correto afirmar que a qualidade de toda evidência de auditoria é afetada pelas características de

- a) relevância e materialidade.
- b) risco de auditoria e materialidade.
- c) relevância e confiabilidade.
- d) risco de auditoria e confiabilidade.
- e) materialidade e confiabilidade.

140. O procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e na correção de distorções relevantes no nível de afirmações, é denominado

- a) Procedimento substantivo.
- b) Procedimento de avaliação de risco.
- c) Teste de controle.
- d) Inspeção.
- e) Observação.

141. Os procedimentos de Auditoria devem ser realizados para testar os registros contábeis, a fim de que o Auditor Independente obtenha evidências apropriadas e suficientes para sustentar a sua opinião. Nos termos das normas vigentes de auditoria, assinale a alternativa que apresenta o procedimento de Auditoria conhecido como circularização.

- a) Verificação, de maneira manual ou eletrônica, da exatidão matemática dos documentos ou registros apresentados.

b) Acompanhamento, pelo Auditor, da contagem física do estoque realizado por funcionários da empresa.

c) Execução, pelo Auditor, de forma independente, dos procedimentos ou controles para verificação do controle interno da empresa.

d) Verificação de registros ou documentos, internos e externos, por quaisquer meios, ou examinar fisicamente a existência de um ativo.

e) Recebimento de respostas de terceiros pelo Auditor.

142. Segundo a NBC TA 530, o risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. O risco de amostragem pode levar a conclusões errôneas. Nesse contexto, o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar

a) é determinado conjuntamente com administração da entidade durante a elaboração do planejamento.

b) afeta o tamanho da amostra exigido, sendo que, quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

c) não afeta o tamanho da amostra exigido, já que a escolha do tamanho da amostra é feita no momento do planejamento do trabalho de auditoria.

d) afeta o tamanho da amostra exigido, sendo que, quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

e) não afeta o tamanho da amostra exigido, já que a escolha do tamanho da amostra é feita no momento da execução do trabalho de auditoria.

143. Sobre documentação de auditoria, considere os seguintes fatores:

- I. Tamanho e complexidade da entidade;
- II. Natureza dos procedimentos de auditoria a serem executados.
- III. Riscos identificados de distorção irrelevante.
- IV. Necessidade de documentar a conclusão ou a base da conclusão prontamente determinável a partir da documentação do trabalho executado ou da evidência de auditoria obtida.

Segundo a NBC TA 230(R1), a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem dos fatores que constam em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

144. Quanto às normas relativas ao relatório da Auditoria Interna, definidas na NBC TI 01, analise as seguintes assertivas:

- I. O relatório de Auditoria Interna deve abordar o objetivo e a extensão dos trabalhos.
- II. O relatório de Auditoria Interna deve abordar a descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas.
- III. O relatório de Auditoria Interna deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, devendo ser preservada a confidencialidade de seu conteúdo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

145. O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Isso porque uma auditoria tem limitações inerentes, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas ao invés de conclusivas.

As limitações inerentes de uma auditoria originam-se de aspectos listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) natureza das informações contábeis;
- b) natureza dos procedimentos de auditoria;
- c) necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável.
- d) necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um custo razoável.
- e) julgamento profissional do auditor

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Gilmar Possati

146. Considere os fatos contábeis abaixo:

- I. Pagamento de empréstimo bancário.
- II. Reconhecimento de salários a pagar.
- III. Lançamento de aquisição à vista de máquinas e equipamentos para uso.
- IV. Lançamento de receita de serviços recebida no ato da finalização do serviço.

São classificados como fatos modificativos aqueles descritos nos itens:

- a) I e III, apenas.

- b) II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

147. A escrituração das contas deve:

- I. conter informação que permita identificar, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil.
- II. expressar a essência econômica da transação.
- III. ser mantida em registros permanentes, obedecendo a legislação comercial (societária ou empresarial) e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, além de observar métodos ou critérios uniformes

É correto o contido em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

148. Acerca das disposições presentes na Lei n. 6.404/76, julgue as assertivas a seguir:

- I. Entre as demonstrações obrigatórias previstas pela legislação societária está a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do resultado do exercício.
- II. O exercício social deve, regra geral, corresponder a um ano. O seu término pode ocorrer em qualquer mês, conforme o estabelecido em estatuto.
- III. A classificação dos ativos e dos passivos em circulantes ou não circulantes deve obedecer ao ciclo operacional da empresa.

É correto o contido em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

149. Quando a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades que não são todas vinculadas pelo relacionamento controladora-controlada, as demonstrações contábeis dessa entidade que reporta são denominadas _____.

Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna acima.

- a) demonstrações contábeis consolidadas
- b) demonstrações contábeis combinadas
- c) demonstrações contábeis não consolidadas
- d) demonstrações contábeis individuais
- e) demonstrações contábeis intermediárias

Contas	R\$
Duplicatas Descontadas	500,00
ICMS a recolher	1.000,00
IPI a recuperar	800,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial (credor)	700,00
Provisões para processos trabalhistas	450,00
Despesas pagas antecipadamente	580,00
Ações em tesouraria	420,00
Investimentos em Controladas	1.500,00
Custo da Mercadoria Vendida	750,00
Estoques	600,00
Adiantamento a Fornecedores	750,00
Clientes	860,00
Salários e Ordenados	2.000,00

Considere o rol de contas contábeis acima descrito, extraído de um balancete de verificação de determinada empresa, para responder as questões a seguir:

150. O total das contas com natureza credora é:

- a) R\$ 2.650,00
- b) R\$ 3.070,00
- c) R\$ 3.400,00
- d) R\$ 4.650,00
- e) R\$ 5.070,00

151. No rol de contas representam exigibilidades da empresa:

- a) duplicatas descontadas, ICMS a recolher e salários e ordenados.
- b) salários e ordenados, Provisões para processos trabalhistas e duplicatas descontadas.
- c) Provisões para processos trabalhistas, duplicatas descontadas e ICMS a recolher.
- d) ICMS a recolher, duplicatas descontadas e adiantamento a fornecedores.
- e) Provisões para processos trabalhistas, adiantamento a fornecedores e ICMS a Recolher.

152. No rol de contas representam contas de resultado:

- a) custo da mercadoria vendida e provisões para processos trabalhistas
- b) despesas pagas antecipadamente e custo da mercadoria vendida
- c) provisões para processos trabalhistas e despesas pagas antecipadamente
- d) salários e ordenados e custo da mercadoria vendida
- e) despesas pagas antecipadamente e salários e ordenados

153. Uma entidade apresentava os seguintes saldos em 31/12/X1:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 5.000;
- Despesas antecipadas: R\$ 2.000;
- Receitas antecipadas: R\$ 4.000;
- Empréstimos concedidos: R\$ 5.000;
- Passivos contingentes: 1.000;
- Estoques: R\$ 3.000;
- Bens móveis: R\$ 12.000.

Com base nesses saldos, assinale a opção que indica o patrimônio líquido da entidade na data.

- a) R\$ 13.000
- b) R\$ 19.000
- c) R\$ 23.000
- d) R\$ 24.000
- e) R\$ 27.000

154. A empresa Audazes S.A apresentou as seguintes informações sobre suas receitas e despesas:

Receitas

Receita de vendas	90.000,00
Operações descontinuadas	12.000,00
Resultado de equivalência patrimonial	7.500,00
Receita financeira	3.000,00

Despesas

Custo das mercadorias vendidas	45.000,00
Despesas com vendas	13.000,00
Despesas administrativas	7.000,00
Outras despesas	1.700,00
Depreciação	800,00

Com base nas informações apresentadas, assinale a opção que indica corretamente o valor do resultado antes dos tributos sobre os lucros:

- a) R\$ 21.000,00

- b) R\$ 33.000,00
- c) R\$ 34.700,00
- d) R\$ 40.500,00
- e) R\$ 45.000,00

155. A empresa Audazes e Furiosos S.A adquiriu um automóvel no valor de R\$ 100.000,00. A empresa optou por pagar 30% à vista como entrada e parcelar 70% do valor restante em 6 parcelas mensais sem a incidência de juros, conforme acordado com o fornecedor. Nesse contexto, pode-se afirmar que a empresa:

- a) reconheceu um débito na conta "Financiamentos a Pagar" no valor de R\$ 70.000,00.
- b) reconheceu um crédito na conta "Caixa" no valor de R\$ 70.000,00.
- c) reconheceu um aumento no passivo da sociedade no valor de R\$ 30.000,00.
- d) reconheceu um aumento no ativo da sociedade no valor de R\$ 70.000,00.
- e) deverá reconhecer um ajuste a valor presente das parcelas vincendas.

156. Segundo o CPC 04 – Ativo Intangível, os gastos com desenvolvimento de um software com o objetivo de uso nas operações da empresa devem ser reconhecidos

- a) devem ser reconhecidos como despesas, assim como os gastos relacionados às pesquisas de plataformas de programação mais adequadas para otimização do software.
- b) devem ser reconhecidos como Ativo Intangível, assim como os gastos relacionados às pesquisas de plataformas de programação mais adequadas para otimização do software.

c) devem ser reconhecidos como Ativo Intangível, desde que exista viabilidade técnica para a geração de futuros benefícios econômicos por uso ou venda e exista capacidade para mensurar os custos do seu desenvolvimento.

d) devem ser mensurados pelo valor justo ou pelo seu valor de custo, dos dois o menor, visto que seu reconhecimento inicial se dará a partir do momento da fase de pesquisa.

e) devem não devem ser reconhecidos.

157. A empresa Audazes S.A, ao encerrar o exercício social de 20X1, apresentou os seguintes saldos apurados antes do levantamento do Balanço Patrimonial:

Patrimônio líquido (20X0)	700.000,00
Capital social	1.200.000,00
(-) Ações em tesouraria	(200.000,00)
(-) Prejuízos acumulados	(300.000,00)

Informações adicionais

Lucro líquido do exercício (apurado na DRE) 890.000,00

Percentual de dividendos 20%

Considerando as informações apresentadas, o valor da reserva legal a ser evidenciado no Patrimônio Líquido da sociedade, em 20X1, em reais, será de:

- a) 19.500,00
- b) 20.600,00
- c) 29.500,00
- d) 35.600,00
- e) 44.500,00

158. A Cia Audazes e Furiosos ao término do exercício social de 20X0, a fim de avaliar se houve indicações de que seus ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização, estimou que o valor em uso de seus imobilizados era de R\$ 8,4 milhões e o valor líquido de venda de R\$ 7,6 milhões. Na mesma data, o seu valor contábil líquido era de 7 milhões.

Com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável, pode-se afirmar corretamente que a Cia Audazes e Furiosos

- a) Não deverá realizar nenhum registro.
- b) Deverá reconhecer um ganho de R\$ 600.000,00.
- c) Deverá reconhecer um ganho de R\$ 1.400.000,00.
- d) Deverá reconhecer uma perda por desvalorização de R\$ 600.000,00.
- e) Deverá reconhecer uma perda por desvalorização de R\$ 1.400.000,00.

159. No que se refere à Demonstração dos Fluxos de Caixa avalie as assertivas seguintes.

- I. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimento.
- II. Gastos com depreciação, amortização e exaustão representam atividade de investimento.
- III. As alternativas que a entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais consistem em método linear e método indireto.
- IV. Os montantes de caixa recebidos pela emissão de ações representam atividades de financiamento.

É correto o contido em

- a) IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

160. Sobre as Demonstrações Contábeis, assinale a opção correta:

- a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa proporciona aos usuários informações sobre toda alteração ocorrida em saldos de caixa e equivalente de caixas, segregando-se as atividades em três fluxos: operacionais, financeiros e de financiamentos.
- b) A Demonstração do Resultado do Exercício se destina a evidenciar o resultado líquido dos exercícios obtido por meio do confronto dos ativos e passivos, apurados com base no regime de competência.
- c) No Balanço Patrimonial as contas são agrupadas para facilitar o conhecimento e análise da situação financeira. As contas do ativo são dispostas em ordem decrescente de liquidez e classificadas em ativo circulante e ativo não circulante. As contas do passivo são dispostas em ordem decrescente de exigibilidade e classificadas em passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
- d) As notas explicativas são elaboradas principalmente para detalhar as informações que tenham sido apresentadas nas demonstrações contábeis.
- e) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados faz parte do conjunto completo das demonstrações contábeis, previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ISS-BH-27-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

5 CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>